

Reurbanização

das comunidades **Cruzeirinho**
e **Jardim Continental**



ÍNDICE

1. Temática.....	3
1.1 Justificativa da temática escolhida, relevância em termos sociais, econômicos, urbanos, ambientais e conexão com o quadro contemporâneo da cultura urbana.....	3
1.3 Objetivos da proposta.....	5
2. Desenvolvimento do projeto.....	5
2.1 Níveis de desenvolvimento pretendidos.....	5
2.2 Instrumentos de trabalho e metodologia.....	6
3. Definições gerais.....	6
3.1 Agentes públicos e privados envolvidos e seus objetivos, financiamento e viabilidade econômica.....	6
3.2 Parâmetros de controle: população urbana e suas taxas de crescimento, população-alvo, demanda por espaço construído e equipamentos.....	6
3.3 Prioridades e prazos de implementação.....	7
4. Definição do programa.....	7
4.1 Usos do solo, atividades e animação urbanos.....	7
5. Delimitação geográfica.....	8
5.1 Inserção urbana.....	8
5.2 Geografia da área de estudo.....	9
5.3 Morfologia da área de trabalho.....	10
5.4 Funcionalidade da área de trabalho.....	10
5.5 Antecedentes.....	11
Atualmente, destaca-se o trabalho da ACM Morro Santana, que faz o desenvolvimento social de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao desenvolvimento urbano, foram implantados novos condomínios residenciais fechados no Morro Santana, também onde o antigo estádio do Cruzeiro Esporte Clube se localizava, na Av. Protásio Alves, hoje demolido, está sendo recebendo obras de um novo condomínio. Já os moradores de classes inferiores sofrem com a falta de saneamento básico e habitações em áreas de risco, com a carência de áreas de lazer e cultura e de equipamentos públicos e comércios.....	11
5.6 Demandas, tendências, deficits e potenciais.....	12
6. Condicionantes legais.....	13
7. Referências e fontes.....	14
ANEXO I - Histórico escolar.....	15
ANEXO II - Portfólio.....	17

1. Temática

1.1 Justificativa da temática escolhida, relevância em termos sociais, econômicos, urbanos, ambientais e conexão com o quadro contemporâneo da cultura urbana

“ao longo de gerações, foi construída a noção de que uma vida digna inclui o acesso à moradia justa e decente, independentemente do nível de renda ou de qualquer tipo de status” (ROLNIK, 2015)

O cenário habitacional brasileiro enfrenta, há muito tempo, problemas de déficit e qualidade. Após iniciativas no governo de Getúlio Vargas e o BNH, durante o período da Ditadura Militar, agora é a vez do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tomar conta da política de habitação social no Brasil.

O Minha Casa Minha Vida apresenta, sobretudo, uma proposta de reduzir o déficit habitacional, mas peca na qualidade urbana, principalmente ao que tange ao Direito à Cidade. O programa se resume em uma política de subsídios e crédito para compradores e produtores de habitação de baixo custo, intermediado pela Caixa Econômica Federal. A iniciativa da implantação de um empreendimento do PMCMV parte de uma construtora (capital), que busca uma área de pouca valorização urbana (periferia), o que diminuiria os custos da aquisição do terreno. Cada vez mais distantes, as áreas onde são implantadas as casas muitas vezes não possuem infraestrutura urbana básica (energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de resíduos sólidos, comunicação e sistema viário), sendo estes custos tendo que partir da Prefeitura (estado). O empreendimento, geralmente, também não é acompanhado e fiscalizado pela prefeitura, já que a CAIXA assume essa função, apesar de ser um Banco e não contar com número suficiente de funcionários especializados para tal. Além disso, muitas dessas áreas não possuem circunvizinhança preexistente e, com isso, não há escolas, mercados, creches, atividades de lazer, delegacias e postos policiais próximos ou linhas de ônibus.

Em 2014, Porto Alegre recebeu o PLL 213/14, onde os vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, argumentando que “é a partir da moradia que o ser humano pode melhorar os demais aspectos da sua vida, em harmonia com seu mundo e com seus pares, humanizando a sociedade”, pediram a permanência e regulamentação de algumas das mais de 10 mil famílias que vivem em ocupações irregulares, frutos de luta e mobilização popular, que foram conquistadas durante o Fórum de Ocupações Urbanas da Região Metropolitana. Para isso, é necessária a regularização fundiária dos loteamentos de 14 áreas, declaradas por este Projeto de Lei como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS). As

comunidades Capadócia, Progresso, Império, Sete de Setembro, Vinte de Novembro, Dois Irmãos, São Luiz, Bela Vista, Nossa Senhora, Cruzeiroinho, Continental, Oscar Pereira, Morada dos Ventos e Marcos Klassmann se uniram para solicitar a regularização de suas terras, visto que estas não têm o mesmo acesso aos direitos que outros cidadãos já possuem.



Figura 1: Habitações do Programa Minha Casa Minha Vida em Crato – CE em região periférica, sem equipamentos públicos ou comércios nas proximidades.



Figura 2: Favela da Rocinha, Rio de Janeiro – RJ, ocupação espontânea, fruto do deficit habitacional, muitas vezes em centros urbanos, mas sem infraestrutura básica.

1.2 Sítio, tema, programa, estrutura urbana e região circundante

A proposta de projeto é a reurbanização de uma área que contemple regiões onde estão previstas implantações de AEIS, mas não trabalhar com as AEIS isoladamente e sim com um entorno imediato. Para tal, foram buscadas referências para implantação de uma reurbanização que valorize o preexistente, o local e o pertencimento da comunidade, como o Favela-Bairro, no Rio de Janeiro:

“O esforço está em reurbanizar a cidade já consolidada, promovendo uma nova situação urbana, tratando o espaço para o convívio das pessoas. A ideia do planejamento global está sendo substituída. Preferimos, hoje, a ação concreta, em benefício do cidadão. Com o Favela-Bairro, toda a iniciativa das pessoas na construção de suas casas foi assimilar como condição fundamental para transformação dessas áreas em trechos pertencentes à cidade formal. [...] visamos ao reconhecimento das estruturas existentes, valorizando o patrimônio. A saúde, por exemplo, não é só hospital. É também água, esgoto e drenagem. A cidade, enfim, tem de ser inclusiva, a intenção das obras urbanas tem de ser claramente vinculada à promoção social, ao bem-estar, à autoestima. O espaço urbano deve fornecer condições para sínteses de experiências e culturas diversas. O sucesso da cidade emergirá não das zonas homogêneas, mas da rica acessibilidade e permeabilidade entre suas partes.”

Mesmo sabendo que as 14 comunidades supracitadas (e não apenas elas) merecem atenção, para fins de um Trabalho de Conclusão de Curso foi optado por escolher uma área que abarcasse pelo menos duas comunidades, que se encontrasse em uma área que apresentasse desafios e, de preferência, eu já tivesse um mínimo de conhecimento com a situação e problemáticas da localidade. Para tal, foram escolhidas as comunidades Jardim Continental e Cruzeirinho, ambas no Morro Santana, na cidade de Porto Alegre, região próxima de onde residi durante 4 anos. A região apresenta grandes desníveis de topografia, áreas não ocupadas, áreas ocupadas legalmente e ilegalmente e um princípio de especulação imobiliária, visto que há alguns condomínios novos por ali.

1.3 Objetivos da proposta

A escolha do tema se dá, então, na busca de um projeto de reurbanização que atenda aos interesses dos usuários e moradores da área e não das construtoras, levando assim, até a população que mais precisa o princípio básico de quem vive nos centros urbanos, o Direito à Cidade.

2. Desenvolvimento do projeto

2.1 Níveis de desenvolvimento pretendidos

O projeto é essencialmente de caráter urbano, portanto, em princípio, se busca a adequação de vias (fluxos) e definição de espaços construídos (fixos), não apenas em duas dimensões, mas considerando também a altura das edificações, visto que esta é de grande relevância para a ambiência local. Segue abaixo a definição do que pretende-se apresentar até o final do semestre:

- Definição de traçado viário/adequação ao tecido urbano preexistente;
- Loteamento urbano e definição de usos do solo;
- Movimentações de terra e redefinição das curvas de nível;
- Definição e implantação de equipamentos públicos necessários;
- Melhoramento da infraestrutura urbana (abastecimento de energia elétrica e de água, coleta de esgoto e de lixo e drenagem);
- Arborização, mobiliário e sinalização viária das áreas públicas;

- Possíveis propostas de alteração de trajeto de linhas de ônibus e lotação;
- Criação de praças ou parques e espaços públicos de lazer;
- Possíveis propostas de alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)
- Definição da volumetria das edificações.

2.2 Instrumentos de trabalho e metodologia

Para obter o resultado esperado, pretende-se fazer visitas às comunidades, a fim de buscar atender as demandas dos moradores e não partir do pressuposto de que, como arquitetos e urbanistas entendemos a realidade de todos, implantando assim projetos sem saber a demanda, tal qual fazem muitos dos órgãos públicos; uso de *softwares* para entender a acessibilidade matemática da região e quantitativo de equipamentos públicos e residências, assim como seus usos e a deficiência dos mesmos; desenhos à mão livre, para estudar as alternativas de traçado viário e perspectivas e, por fim, uso de outros *softwares* para representação do resultado alcançado.

3. Definições gerais

3.1 Agentes públicos e privados envolvidos e seus objetivos, financiamento e viabilidade econômica

Considerando que a moradia é um direito constitucional, o agente responsável por fornecer o financiamento é o Estado. Mesmo se tratando de um problema nacional, a real função de definidor de espaços urbanos é cabida à Prefeitura Municipal, tendo esta que fornecer, além do projeto viário e de loteamentos, a infraestrutura necessária para a implementação do projeto.

3.2 Parâmetros de controle: população urbana e suas taxas de crescimento, população-alvo, demanda por espaço construído e equipamentos

A cidade é dinâmica, ainda mais por se tratar de uma metrópole em expansão. O projeto apresentado deve atender, primeiramente às famílias que já residem na região, sendo fornecidas, às habitações que se encontram em zonas de risco ou que a própria edificação seja insuficiente do ponto de vista da salubridade ou conforto, mas prevendo o aumento das famílias e possível chegada de novos moradores (o crescimento populacional de Porto Alegre em 2014 foi de 0,32%). Também será buscada a criação de novos

comércios de bairro e oportunidades de atividades de lazer, escassas nas áreas periféricas de Porto Alegre.

3.3 Prioridades e prazos de implementação

Como princípio, deve-se levar a melhoria aos espaços já existentes, para posteriormente serem criadas novas áreas de loteamento e a possibilidade de relocação das famílias que moram em residências precárias.

O prazo para um projeto urbano sempre depende de fatores políticos e sociais envolvidos, principalmente em regiões não regulamentadas ou periféricas. Com aprovação de legislação e liberação de recursos, calcula-se que, por não se tratar de uma área de dimensões muito grandes, em 6 meses possa-se fazer a etapa de melhoria da área preexistente. Após finalizada, em cerca de mais um ano poderão estar disponíveis os novos loteamentos e edificações para a relocação das famílias dentro da região.

4. Definição do programa

4.1 Usos do solo, atividades e animação urbanos

As comunidades da região estudada carecem de espaços para atividades culturais e de lazer, tais quais centros culturais, praças e parques, assim como comércio e serviços básicos de bairro, como farmácias, delegacias, mercados. Estes, junto a melhoria do sistema viário e implementação de novas e melhoria das habitações preexistentes, são a base do programa definido para a reurbanização do Morro Santana.

5. Delimitação geográfica

5.1 Inserção urbana



Figura 3: Fotos da área [Google StreetView]

A área de estudo tem aproximadamente 115 ha, já a área onde pretende-se intervir, contando com a ocupação já existente, tem cerca de 36 ha.








Figura 4: Mapa de Porto Alegre / Localização da área de estudo

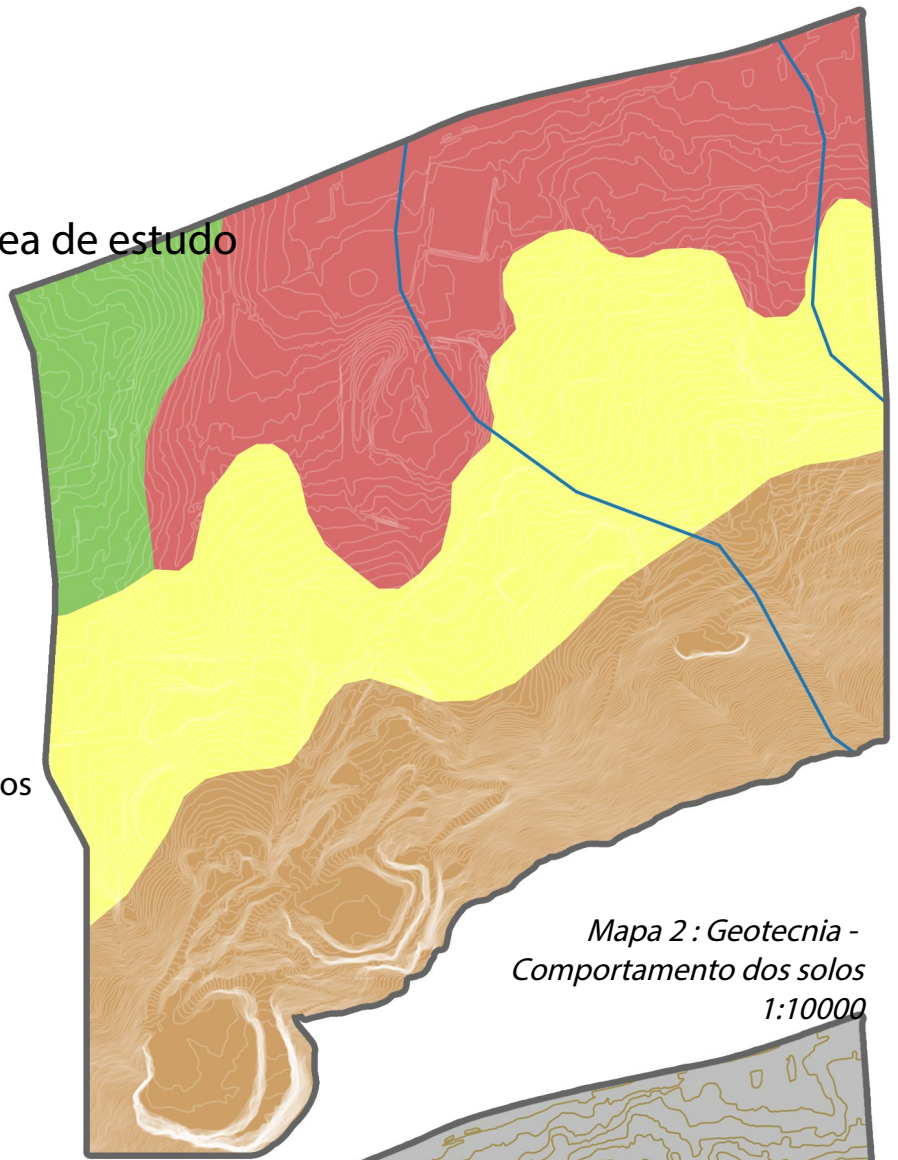


Mapa 1: Área de estudo – em destaque, área de intervenção [Google Maps] 1:10000

5.2 Geografia da área de estudo


Comportamento dos solos

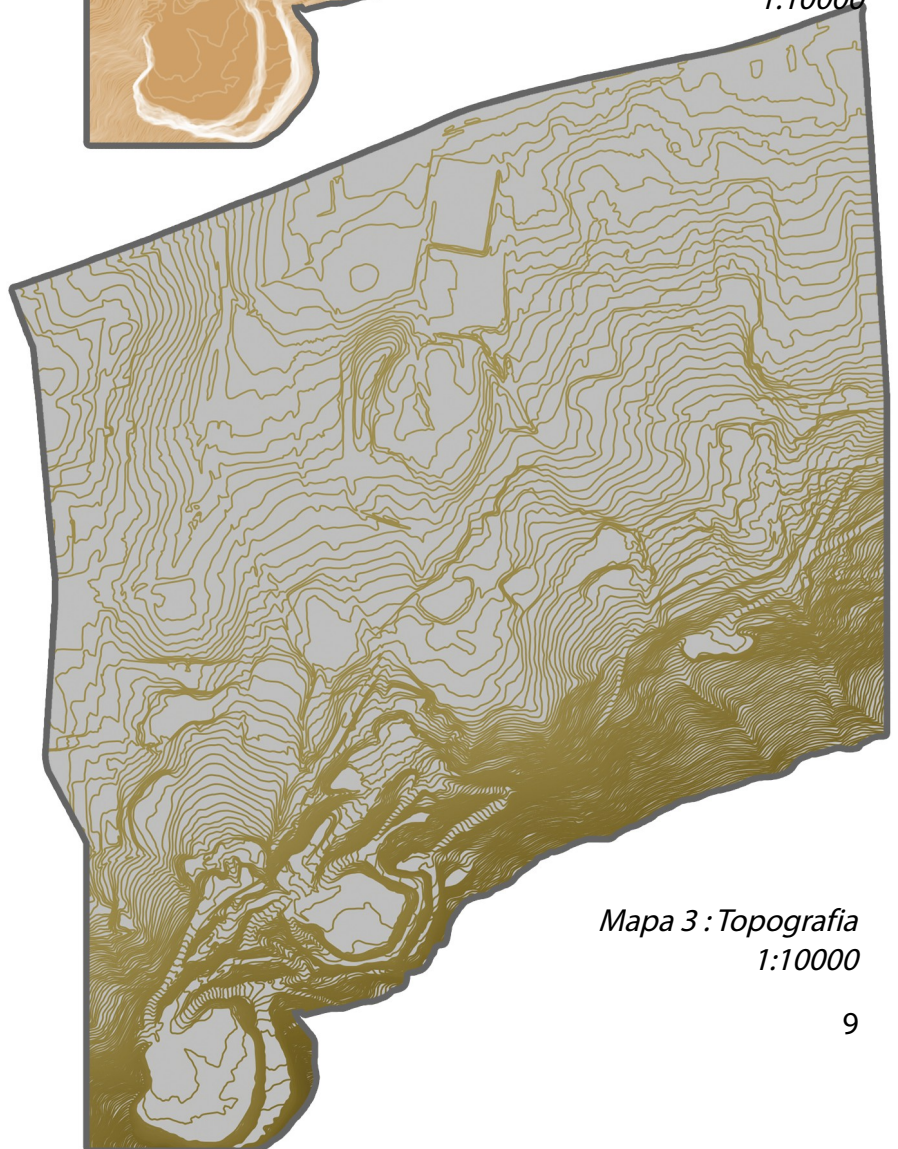
-  Baixa aptidão
-  Apta com restrição
-  Apta com restrição
-  Apta
-  Água



*Mapa 2: Geotecnia -
Comportamento dos solos
1:10000*

Topografia



-  Curva de nível (1m)

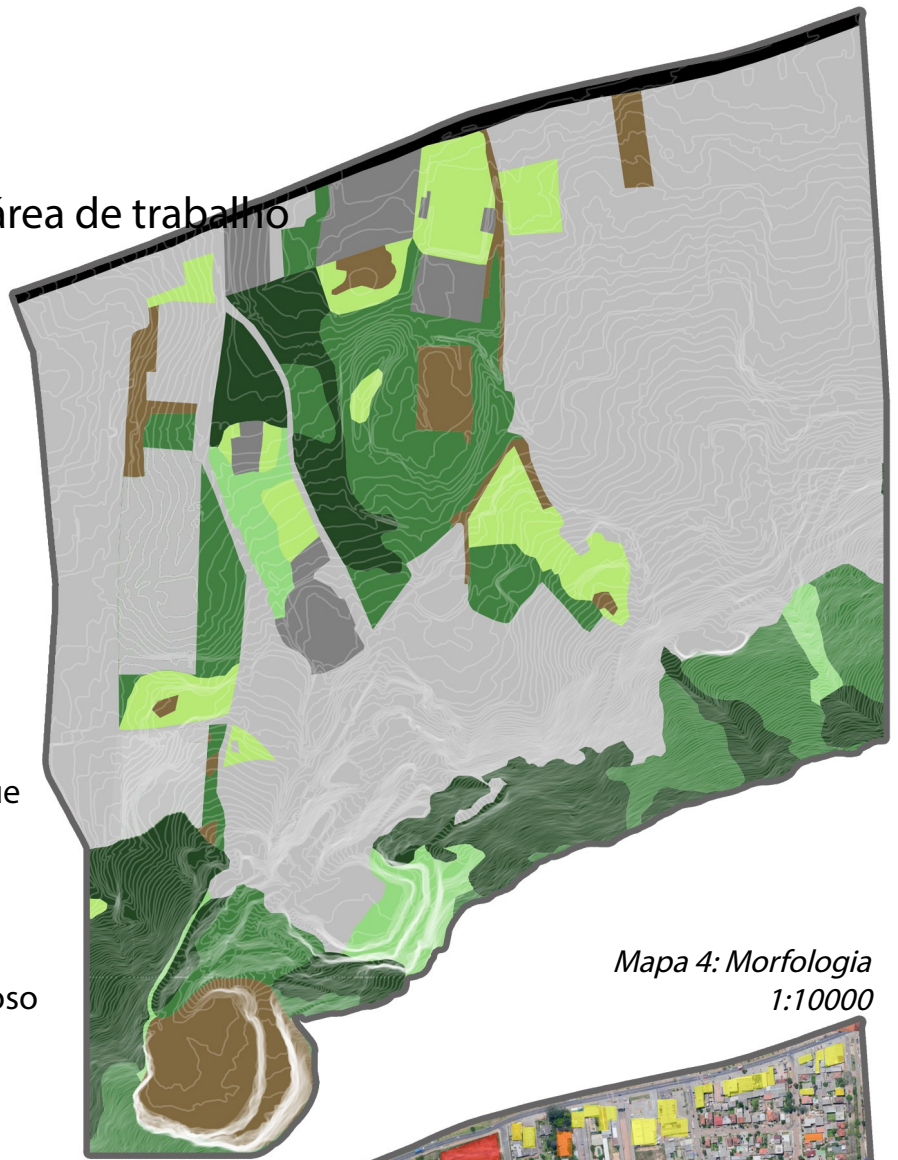


*Mapa 3: Topografia
1:10000*

5.3 Morfologia da área de trabalho

MORFOLOGIA





-  Mata nativa/Bosque
-  Campo nativo
-  Campo manejado
-  Afloramento rochoso
-  Edificações
-  Pavilhões

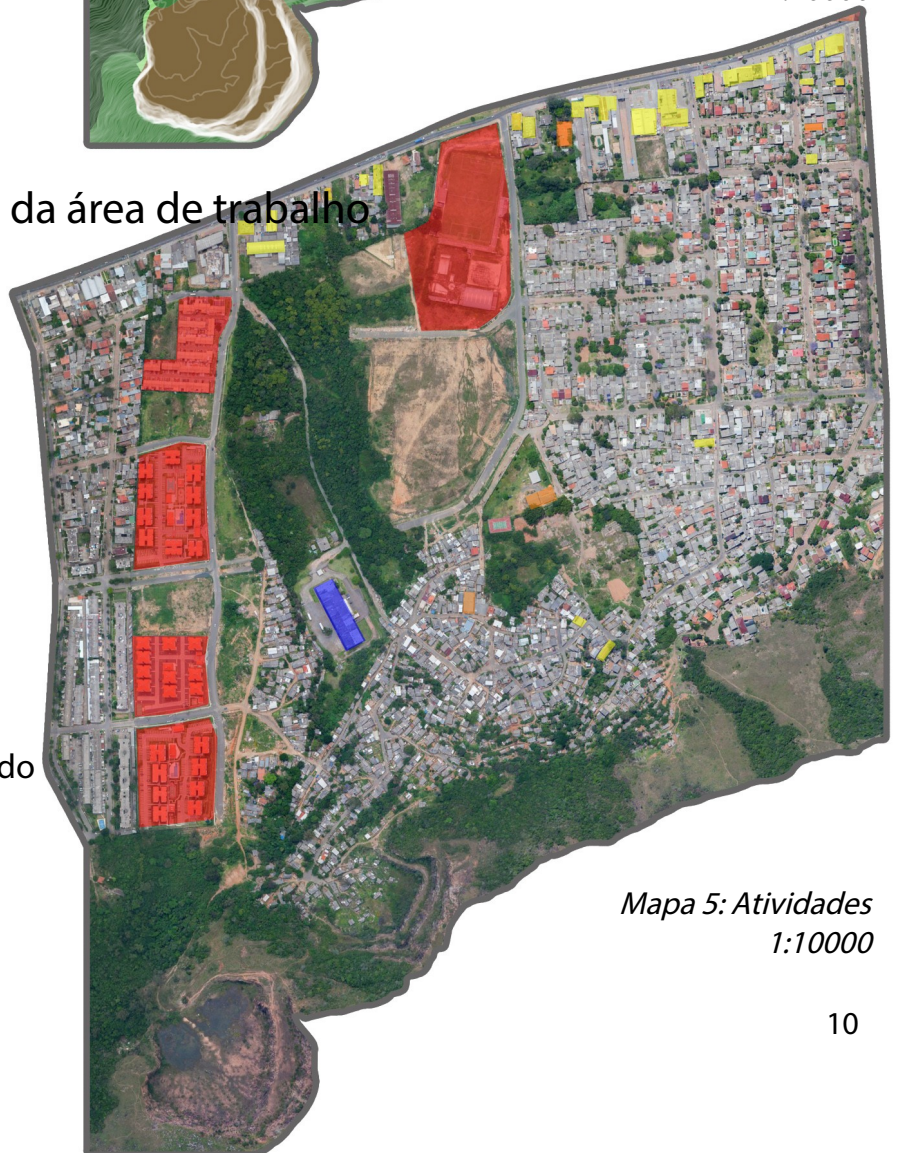


Mapa 4: Morfologia
1:10000

5.4 Funcionalidade da área de trabalho

ATIVIDADES

-  Indústria
-  Institucional
-  Comércio/Serviço
-  Condomínio Fechado



Mapa 5: Atividades
1:10000

5.5 Antecedentes

Sem denominação e delimitação definidas oficialmente, o Morro Santana integra áreas que são conhecidas por “apelidos”: Passo das Pedras, Chapéu do Sol e Aberta dos Morros. O Morro Santana é o ponto mais alto da cidade de Porto Alegre, com 311 metros de altitude. Ocupada desde a doação da sesmaria a Jerônimo de Ornelas, onde fundou parte de sua fazenda, a área foi vendida em 1762 e, dez anos mais tarde, o governador a desapropriou para renovar a demarcação de assentamentos de famílias açorianas. O crescimento urbano da região iniciou-se em 1953, com as empresas loteadores Territorial Ltda e Fachin & Companhia. Também destaca-se o movimento comunitário do bairro, a primeira associação criada foi a Sociedade Beneficente Recreativa da Vila Protásio Alves – SOBREVIPA. A partir dos anos 80, novas entidades comunitárias foram criadas na região, com o objetivo de intermediar as questões relativas à comunidade junto ao poder público.

A chegada da sede do Esporte Clube Cruzeiro, em 1971 e a criação da FAPA, nas proximidades, em 1974, impulsionou o desenvolvimento urbano e populacional do Morro Santana. As pedreiras ali localizadas, que foram desativadas ainda nos anos de 1980 é o marco referencial da região. Neste período, o ambientalista José Lutzenberger buscou uma oportunidade de desenvolver um trabalho evolutivo, com o Município de Porto Alegre, para a recuperação das pedreiras do Morro Santana, para torná-las aptas a proporcionar lazer e cultura para os moradores locais, nunca efetuada.

Atualmente, destaca-se o trabalho da ACM Morro Santana, que faz o desenvolvimento social de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao desenvolvimento urbano, foram implantados novos condomínios residenciais fechados no Morro Santana, também onde o antigo estádio do Cruzeiro Esporte Clube se localizava, na Av. Protásio Alves, hoje demolido, está sendo recebendo obras de um novo condomínio. Já os moradores de classes inferiores sofrem com a falta de saneamento básico e habitações em áreas de risco, com a carência de áreas de lazer e cultura e de equipamentos públicos e comércios.

5.6 Demandas, tendências, deficits e potenciais

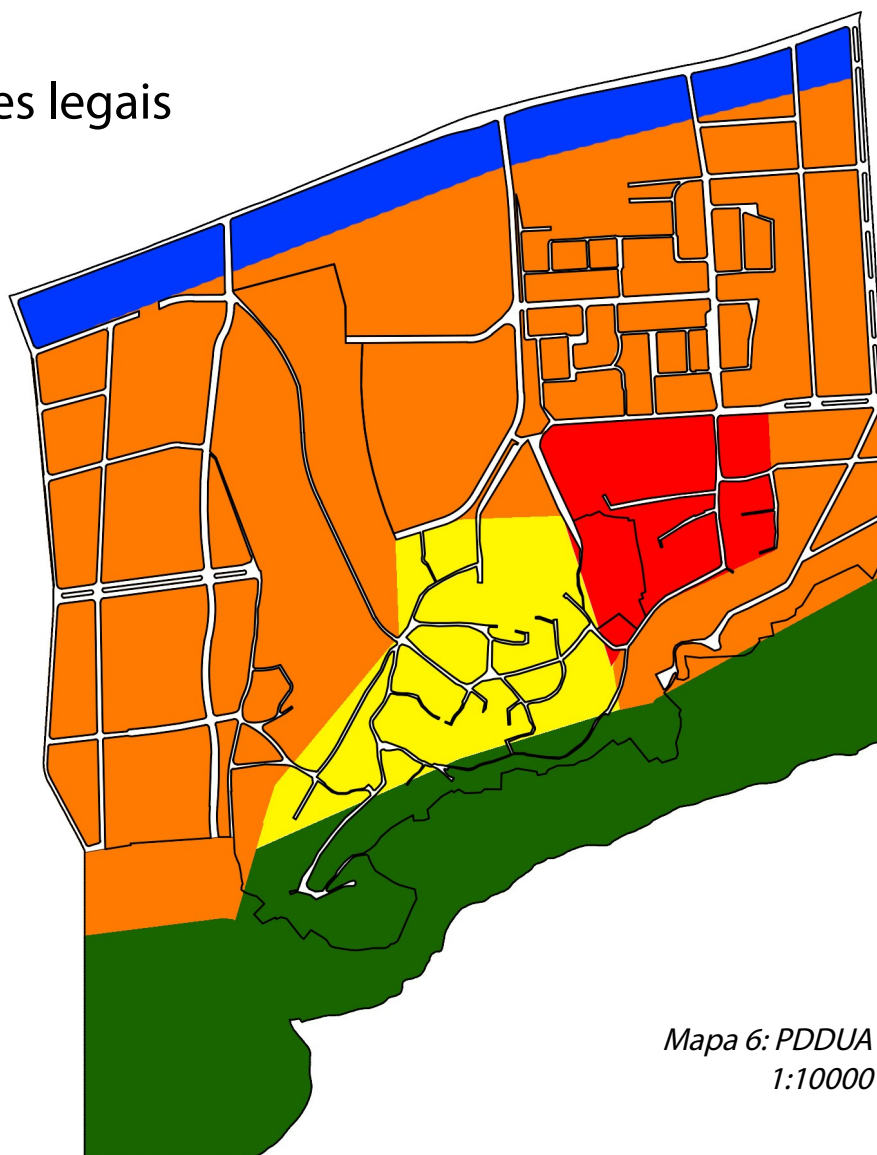
Problemas

- Vias desconexas e com variações de largura e pavimentação
- Residências em estado de precariedade, sobretudo nas áreas mais no alto do morro
- Vulnerabilidade social
- Falta de infraestrutura urbana
- Falta de equipamentos públicos
- Falta de equipamentos de lazer
- Falta de comércios e serviços
- Topografia acidentada, com áreas de risco

Potencialidades

- Loteamento das AEIS Cruzeiroirinho e Jardim Continental
- Melhoria urbana das comunidades existentes no entorno
- Criação de espaços de lazer e cultura
- Articulação das associações de moradores da região
- Diversidade de atividades

6. Condicionantes legais



Mapa 6: PDDUA
1:10000

REGIME URBANÍSTICO | DENSIDADE BRUTA | ÍNDICE DE APROVEITAMENTO | ALTURA MÁXIMA | TAXA DE OCUPAÇÃO

- Corredor de Centralidade e Urbanidade | 280 hab./ha | 1,3 | 52m | 75% e 90%
- Predom. Residencial e Mistas | 280 hab./ ha | 1,3 | 18m | 75% e 90%
- Área Especial | Regime Urbanístico Próprio
- Área Especial | Regime Urbanístico Próprio
- Não previsto no PDDUA

7. Referências e fontes

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio [org.]. Favela-Bairro : uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro : ViverCidades, 2004.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa, 3ª ed. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri, O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo : Centauro, 2001.

MEIRA, Ana Lúcia [coord.], Memória dos bairros - Morro Santana, Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre : Unidade Editorial Porto Alegre.

ROLNIK, Raquel, Guerra dos Lugares : a colonização da terra e da moradia na era das finanças /Raquel Rolnik. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVA, Milena Dutra da; CASTRO, Alexandre Augusto B. Da Cunha, [org.] Dinâmica da cidade e bordas urbanas – João Pessoa : F & A Gráfica e Editora LTDA, 2015.

História dos bairros de Porto Alegre, acessado em 25/08/2016, disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf

<http://www.archdaily.com.br/br/784041/cidades-informais-sistemas-normas-e-desenho-como-pergunta>

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

Foto da capa em: <http://livrostechnicosul.blogspot.com.br/2010/06/bairro-morro-santana-comeco-dos-anos-70.html>

ANEXO I - Histórico escolar

28/08/2016



Aluno - Histórico Escolar

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Portal de Serviços

Histórico Escolar

SAMUEL TIBOLA JACHETTI
Cartão 179819

Vínculo em 2016/2

Curso: ARQUITETURA E URBANISMO
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2016/2	CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES URBANOS	U	-	Matriculado	4
2016/2	PLANO DIRETOR - CONTEÚDO E TENDÊNCIAS	U	-	Matriculado	2
2016/1	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS	B	A	Aprovado	4
2016/1	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2016/1	URBANISMO IV	C	C	Aprovado	7
2016/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VII	B	C	Aprovado	10
2015/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	C	Aprovado	4
2015/2	PROJETO ARQUITETÔNICO VI	A	C	Aprovado	10
2015/2	URBANISMO III	A	B	Aprovado	7
2015/2	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	A	A	Aprovado	4
2015/2	PERCEPÇÃO AMBIENTAL E URBANISMO	U	A	Aprovado	4
2015/2	PRÁTICAS EM OBRA	B1	B	Aprovado	4
2015/1	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	B	B	Aprovado	4
2015/1	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	C	Aprovado	4
2015/1	URBANISMO II	B	B	Aprovado	7
2015/1	ACÚSTICA APLICADA	A	B	Aprovado	2
2015/1	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	C	Aprovado	2
2015/1	ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO	A	B	Aprovado	4
2014/2	URBANISMO I	A	C	Aprovado	6
2014/2	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II	A	B	Aprovado	2
2014/2	PROJETO ARQUITETÔNICO V	C	C	Aprovado	10
2014/1	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	C	Aprovado	4
2014/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	A	C	Aprovado	4
2014/1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	C	Aprovado	4
2014/1	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	D	C	Aprovado	10
2014/1	URBANISMO I	D	FF	Reprovado	6
2013/2	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	C	Aprovado	4
2013/2	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	C	Aprovado	4
2013/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	C	Aprovado	4
2013/2	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4
2013/2	HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	A	B	Aprovado	4
2013/1	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	B	B	Aprovado	4
2013/1	PROJETO ARQUITETÔNICO III	D	B	Aprovado	10
2013/1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	B	Aprovado	2
2013/1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	A	C	Aprovado	2

2012/2	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	B	B	Aprovado	4
2012/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	C	Aprovado	4
2012/2	PROJETO ARQUITETÔNICO II	D	A	Aprovado	10
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	D	Reprovado	2
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	A	FF	Reprovado	2
2011/1	EVOLUÇÃO URBANA	U	B	Aprovado	6
2011/1	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	A	D	Reprovado	4
2011/1	ARQUITETURA NO BRASIL	U	B	Aprovado	4
2011/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	B	C	Aprovado	2
2011/1	DESENHO ARQUITETÔNICO III	A	C	Aprovado	3
2010/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	B	Aprovado	2
2010/2	PROJETO ARQUITETÔNICO I	B	A	Aprovado	10
2010/2	DESENHO ARQUITETÔNICO II	B	B	Aprovado	3
2010/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	C	A	Aprovado	3
2010/1	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	C	Aprovado	6
2010/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	B	Aprovado	2
2010/1	LINGUAGENS GRÁFICAS II	C	B	Aprovado	3
2010/1	DESENHO ARQUITETÔNICO I	B	B	Aprovado	3
2010/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	A	A	Aprovado	3
2010/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	C	B	Aprovado	9
2010/1	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	A	B	Aprovado	2
2009/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	A	B	Aprovado	2
2009/2	LINGUAGENS GRÁFICAS I	B	B	Aprovado	3
2009/2	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	B	B	Aprovado	4
2009/2	MAQUETES	B	C	Aprovado	3
2009/2	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	B	B	Aprovado	3
2009/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	D	B	Aprovado	9

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Atividade de Ensino: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Área de Atuação: **ARQUITETURA E URBANISMO**

Título: **REURBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CRUZEIRINHO E JARDIM CONTINENTAL**

Período Letivo de Início: **2016/2**

Período Letivo de Fim: **2016/2**

Data de Início: **01/08/2016**

Data de Fim: **21/12/2016**

Tipo de Trabalho: **Trabalho de Diplomação**

Data Apresentação: **21/12/2016**

Conceito: -

ANEXO II - Portfólio

Projeto Arquitetônico I
Professor: Luis Henrique Haas Luccas
2010/2

Residência Vila Assunção
Edificação de uso residencial unifamiliar
localizado no bairro Vila Assunção, em Porto
Alegre. - RS



Projeto Arquitetônico II
Professor: Fernando Delfino de Freitas Fuão
2012/2

Arquitetura do Acolhimento
Ampliação da pousada do Atelier das
Serpentes, em Morro Reuter - RS

Projeto Arquitetônico III
Professores: Douglas Vieira de Aguiar e
Renata Santiago Ramos
2013/1

Edifício Cidade Baixa
Edifício multifuncional na Cidade Baixa,
Porto Alegre - RS



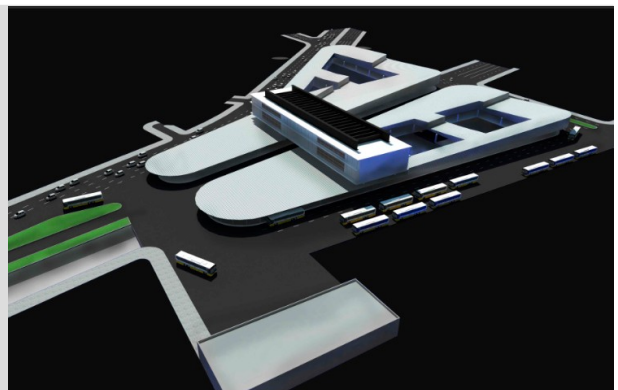


Projeto Arquitetônico IV
Professoras: Ana Carolina Pellegrini e
Fernanda Voigt
2014/1

Studio X - Porto Alegre
Reforma e ampliação de edificação antiga no
Bairro Bom Fim, Porto Alegre - RS
Residência Jorge Furtado
Reforma de apartamento no Centro, Porto
Alegre - RS

Projeto Arquitetônico V
[com Felipe Gewehr]
Professores: Betina Tschiedel Martau, João
Ricardo Masuero, Luis Carlos Macchi e Sérgio
Moacir Marques
2014/2

Estação Triângulo
Terminal multimodal na zona norte de Porto
Alegre - RS

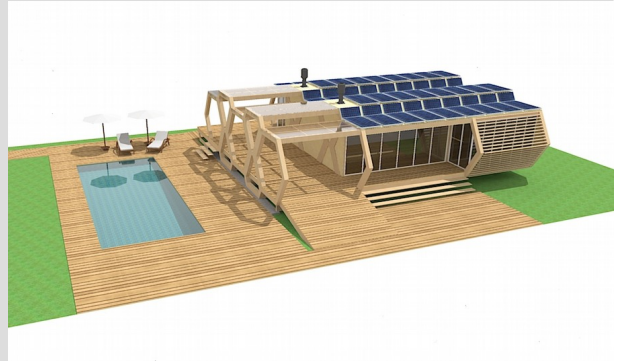


Projeto Arquitetônico VI
[com Rodrigo Schardong]
Professores: Cláudio Calovi, Débora
Gregoletto, Glenio Bohrer, e Silvio Abreu
2015/2

Adega Barcarola
Vínicola, Pousada e Restaurante em Bento
Gonçalves- RS

Projeto Arquitetônico VII
[com Davi Cardoso]
Professores: Benamy Turkienicz, Humberto
Nicolás Sica Palermo e Sílvia Correa
2016/1

Casa Graphyne
Residência autossustentável



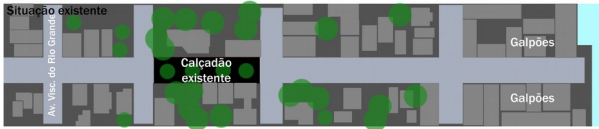
Urbanismo I
[com Anderson Toledo e Rodrigo Schardong]
Professores: Livia Piccinini e Paulo Reyes
2014/2

Centro em Rede
Reforma das Praças XV de Novembro e
Otávio Rocha e da Av. Otávio Rocha, Porto
Alegre - RS

Urbanismo II
[com Anderson Toledo e Rodrigo Schardong]
Professores: Clarice Maraschin e Júlio Vargas

Loteamento Passo das Pedras
Definição de sistema viário e loteamento no
bairro Passo das Pedras, Porto Alegre - RS





Urbanismo III
[com Leandro Salvador]
Professores: João Farias Rovati e Leandro Andrade

Recomendações à Barra do Ribeiro
Propostas em micro, meso e macro escala
para melhoria urbana de Barra do Ribeiro - RS

Urbanismo IV
[com Ezequiel Jacques, Leonam Pereira e Rodrigo Schardong]

Reurbanização na orla do Guaíba
Criação de parque, miolos de quadra e loteamento no centro de Porto Alegre - RS

